

**DECRETO EXECUTIVO Nº 143, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Dispõe sobre Permissão de Uso, a título precário e gratuito, de equipamentos, materiais e bens móveis e dá outras providências.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA**, no uso das atribuições legais,

**D E C R E T A :**

**Art. 1º** Fica permitido o uso, a título precário e gratuito, dos equipamentos, materiais e bens móveis à Associação Pró-Dignidade da Vida, inscrita no CNPJ sob o nº 01.813.061/0001-30, com sede à Av. Nossa Senhora das Dores, nº 304, Bairro Dores, no Município de Santa Maria, face ao disposto no Convênio nº 172/2004, de 22 de dezembro de 2004, celebrado entre o Município de Santa Maria e a União, representada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, de conformidade com o Programa de Combate à Fome, para viabilizar a implantação de cozinhas comunitárias.

**Parágrafo primeiro.** Os equipamentos, materiais e bens móveis serão utilizados no desenvolvimento das atividades pertinentes à Cozinha Comunitária da **Associação**, coordenada pelo Sr. Francisco Luiz Bianchin.

**Parágrafo segundo.** Os equipamentos cedidos constam dos Anexos da Permissão de Uso autorizada pelo presente Decreto Executivo.

**Art. 2º** A permissão, de que trata este decreto, é feita a título precário e gratuito, mediante o cumprimento das condições estabelecidas no Termo a ser firmado pelos permissionários.

**Art. 3º** No Termo de Permissão de Uso, a ser formalizado pela Secretaria de Município de Gestão e Modernização Administrativa, devem constar os deveres e atribuições, os direitos e proibições dos permissionários.

**Art. 4º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Prefeito Municipal, em Santa Maria**, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de novembro do ano de 2011.

**Cezar Augusto Schirmer**  
Prefeito Municipal

---

## TERMO DE PERMISSÃO DE USO

Pelo presente Termo de Permissão de Uso, a título precário e gratuito, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA - RS**, com sede na Rua Venâncio Aires, 2277, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 88.488.366/0001-00 adiante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **Cezar Augusto Schirmer**, portador da Carteira de Identidade nº 1001775087-SSP/RS, CPF nº 200.564.350-53, residente e domiciliado em Santa Maria-RS, confere os equipamentos, materiais e bens móveis, oriundos do Governo Federal, através do convênio nº 172/2004 à **Associação Pró-Dignidade da Vida**, com sede nesta cidade, à Av. Nossa Senhora das Dores, nº 304, Bairro Dores, inscrita no CNPJ sob o nº 01.813.061/0001-30, doravante denominada **ASSOCIAÇÃO**, neste ato representada pelo Administrador Geral, Sr. **Francisco Luiz Bianchin**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, CPF nº 075.283.290-53, em conformidade com a legislação vigente e nos termos do **Decreto nº 143**, de 24 de novembro de 2011:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O **MUNICÍPIO**, na qualidade de proprietário, permite o uso à **ASSOCIAÇÃO** dos equipamentos, materiais e bens móveis, adquiridos com recursos oriundos do Governo Federal, através do convênio nº 172/2004, de 22 de dezembro de 2004, celebrado entre o Município de Santa Maria e a União, representada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, de conformidade com o Programa de Combate à Fome, para viabilizar a implantação de cozinhas comunitárias.

**Parágrafo primeiro.** Os equipamentos, materiais e bens móveis, acima referidos estão relacionados nos anexos deste instrumento e serão utilizados no desenvolvimento das atividades pertinentes à Cozinha Comunitária da **ASSOCIAÇÃO**, com sede à Av. Nossa Senhora das Dores, nº 304, Bairro Dores, no Município de Santa Maria, visando oferecer, aproximadamente, 200 (duzentas) refeições diárias.

**Parágrafo segundo.** O **MUNICÍPIO** poderá adquirir novos equipamentos com o recebimento de mais recursos e repassar à **ASSOCIAÇÃO**, através de termos aditivos ao presente instrumento.

**Parágrafo terceiro.** O projeto priorizará a população de baixa renda inseridas nas ações integradas do Programa Fome Zero, PPDs, Adolescentes aprendizes com carências financeiras, Idosos, Crianças, Gestantes e Desempregados.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** O presente Termo de Permissão de Uso será pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da data de assinatura do documento, concedido a título gratuito e precário, prorrogáveis, podendo o **MUNICÍPIO** revogar, a qualquer tempo, o presente Termo de Permissão de Uso, mediante notificação à **ASSOCIAÇÃO** com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, independentemente do prazo estipulado, sem direito a indenização de qualquer espécie.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** A **ASSOCIAÇÃO** assume total responsabilidade pelos bens, devendo devolvê-los no estado em que recebeu, não obstante a responsabilidade civil e criminal por eventuais danos causados a eles.

**CLÁUSULA QUARTA:** São de responsabilidade da **ASSOCIAÇÃO**:

- I. Manutenção dos equipamentos, materiais e bens móveis, evitando danos em virtude de mau uso e falta de conservação;
- II. Guarda e devolução de todo o material;
- III. Cuidados com a segurança, com a finalidade de evitar vandalismo e depredação;

- IV. Ressarcimento, no caso de perda, extravio ou danificação;
- V. Todas as despesas concernentes ao uso e conservação dos bens;
- VI. Administração e cuidados para que não ocorra qualquer alteração ou modificação nos equipamentos, materiais e bens móveis, sem a prévia e expressa autorização do Município, sob pena de ser obrigada a repor o bem em seu estado original; e
- VII. Além das outras responsabilidades pertinentes as relações em sociedade.

**CLÁUSULA QUINTA: É vedado à ASSOCIAÇÃO:**

- I. Ceder, emprestar ou transferir a qualquer título, os equipamentos, materiais e bens móveis, objeto da presente Permissão de Uso, bem como permitir que terceiros os utilizem;
- II. Alocar ou permitir a utilização de qualquer equipamento ou material para fins diversos dos especificados no presente instrumento;
- III. Praticar ou permitir a prática de qualquer tipo de atividade que não se identifique com as finalidades expressas no presente instrumento; e
- IV. Permitir o manejo dos equipamentos por pessoas não habilitadas.

**CLÁUSULA SEXTA:** Na hipótese de extinção do presente Termo, ficam, automaticamente, incorporadas ao patrimônio do Município todas as benfeitorias úteis e necessárias de que os equipamentos, materiais e bens móveis foram objeto, sem direito a qualquer indenização ou ressarcimento.

**Parágrafo primeiro.** Poderão ser efetuados reparos e manutenção necessários, após autorização do **MUNICÍPIO**, se isso não causar danos aos equipamentos, materiais e bens móveis.

**Parágrafo segundo.** Os reparos e manutenções, por ventura realizadas, não darão direito à indenização ou mesmo a retenção dos bens por parte da **ASSOCIAÇÃO**.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** A **ASSOCIAÇÃO** fica diretamente vinculada as normas Municipais, em tudo que disser respeito ao uso dos equipamentos, materiais e bens móveis objeto da presente Permissão de Uso.

**Parágrafo único.** Fica designada a Servidora **Jaqueline Ritter Rebelato**, matrícula nº 13730-8, lotada na Secretaria de Município de Assistência Social, Cidadania e Direitos Humanos, como responsável pela presente Permissão de uso, que fará o acompanhamento e a fiscalização quanto ao cumprimento das normas expressas neste instrumento e demais legislação pertinente.

**CLÁUSULA OITAVA:** Na ocorrência de qualquer fato estranho ao que fica ora estabelecido, deverá a **ASSOCIAÇÃO** comunicar imediatamente ao **MUNICÍPIO**, através da Secretaria de Município de Assistência Social, Cidadania e Direitos Humanos, para que sejam tomadas as providências cabíveis.

**Parágrafo único.** O descumprimento de quaisquer das obrigações ou requisitos exigidos pelo Município determinará a rescisão da presente Permissão.

**CLÁUSULA NONA:** Casos omissos a esta Permissão de Uso serão resolvidos expressamente pelo Município e se houver necessidade de acrescentar algum item, pela falta de enumerá-lo, será acrescido através de Termo Aditivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA:** A prática de qualquer infração não prevista neste instrumento implicará na rescisão da Permissão e, em consequência, na imediata devolução do bem público.

---

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** As partes elegem o Foro desta Comarca, para dirimir as questões oriundas desta Permissão de Uso.

Pela **ASSOCIAÇÃO** foi dito estar de acordo com todas as Cláusulas estabelecidas. Do que, para constar, foi lavrado o presente Termo que, depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado na presença de duas testemunhas.

Santa Maria, 24 de novembro de 2011.

**Cezar Augusto Schirmer**  
Prefeito Municipal

**Francisco Luiz Bianchin**  
ASSOCIAÇÃO

**Testemunhas:**

.....  
Nome:  
CPF:

.....  
Nome:  
CPF: